

Nota Técnica nº 104/2018/CPLIN/GGES
Documento nº 00000.051023/2018-10

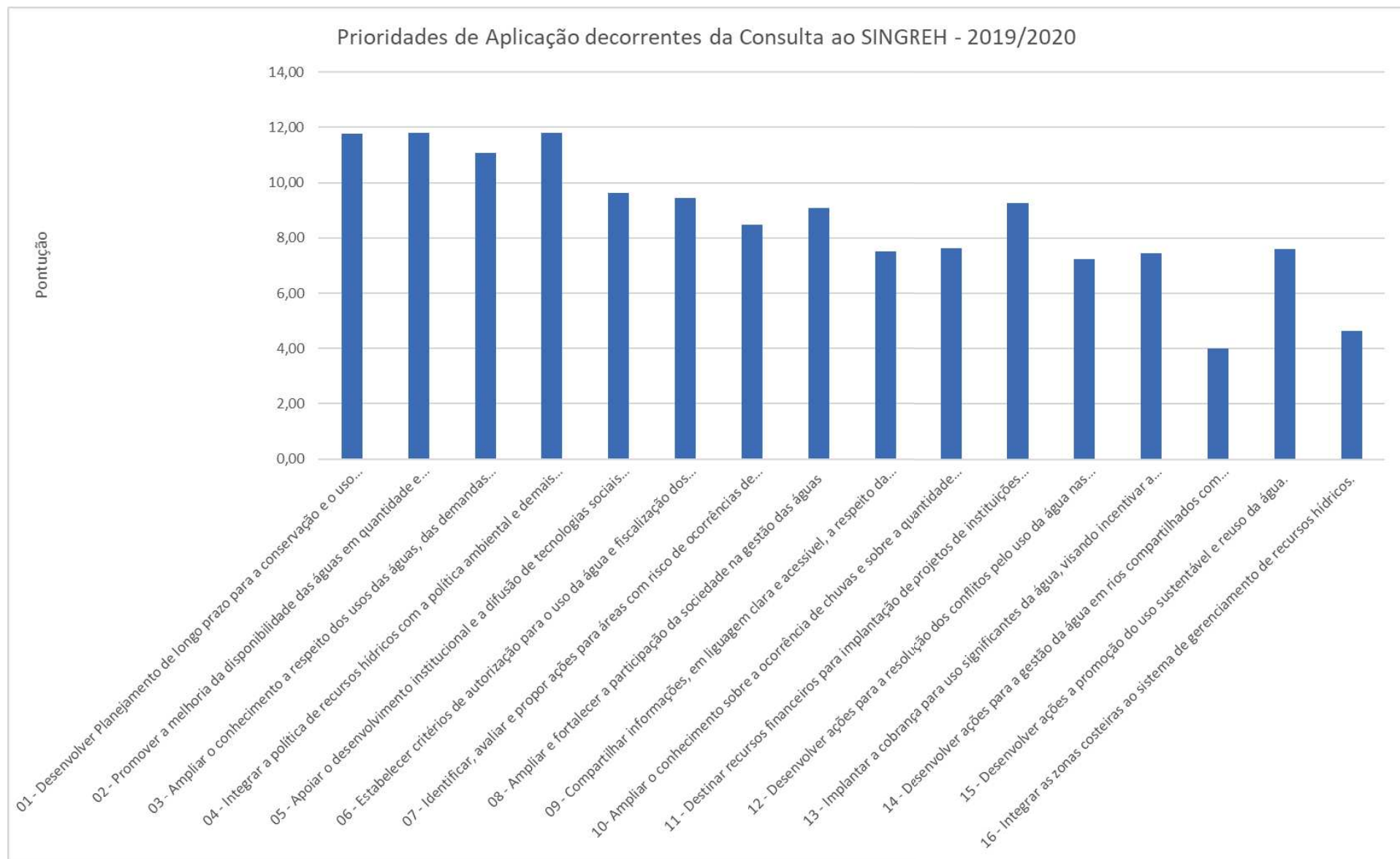
Em 20 de agosto de 2018.

Ao Senhor Gerente Geral de Estratégia

Assunto: **Ações a serem priorizadas no biênio 2019-2020 - Resolução CNRH nº 195/2018.**

Referência: Processos SEI nº 02000.211803/2017-70 e Próton nº 02501.002483/2018-07

1. A Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH nº 70, de 19 de março de 2007, alterada pelas Resoluções CNRH nº 97/2007, 161/2014 e 195/2018, estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.
2. De acordo com o art. 3º da Resolução nº 70, alterado pela Resolução nº 195/2018, a Secretaria-Executiva do CNRH deve realizar processo de consulta aos Comitês de Bacia Hidrográfica de rios de domínio da União, aos Comitês de Bacia Hidrográfica de rios de domínio dos estados e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e encaminhar à Agência Nacional de Águas – ANA os resultados da consulta até 6 de abril de 2018.
3. O Ofício nº 2937/2018-MMA (doc. Próton nº 030430/2018), de 08 de maio de 2018, encaminhou o resultado da consulta pública, direcionada aos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – Singreh, referente às prioridades da aplicação da cobrança pelo uso da água pela Agência Nacional de Águas
4. Em 14 de junho, a Diretora-Presidente da ANA enviou ao Secretário de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental o Ofício nº 107/2018/AA-CD-ANA (doc. Próton nº 037726/2018), informando que a análise dos dados recebidos indicou alinhamento com a programação de ações da Agência relativa à fase qualitativa da proposta orçamentária de 2019 e que o relatório específico, contendo as ações a serem priorizadas, definido no art. 5º da Resolução CNRH nº 70, seria encaminhado ao CNRH em agosto, após a finalização do processo de elaboração da proposta orçamentária, conforme prazos definidos pela Portaria da Secretaria de Orçamento Federal nº 1.423, de 05 de fevereiro de 2018.
5. Desse modo, o objetivo desta Nota é apresentar o relatório com as ações a serem priorizadas nos exercícios 2019 e 2020 na alocação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água.
6. O resultado da consulta indicou que todos as prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovadas pela Resolução nº 181/2016, foram votadas para aplicação dos recursos da cobrança, conforme apresentado no gráfico a seguir:



Fonte: Resultados da Consulta Pública para o Período 2019/2020 (Anexo da Nota Informativa nº 445/2018-MMA, de 03 de maio de 2018)

7. Em anexo há um quadro esquemático que apresenta a relação das prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovadas pela Resolução nº 181/2016 e votadas na consulta para aplicação dos recursos da cobrança, com as ações orçamentárias finalísticas da Agência e seus respectivos planos orçamentários, bem como com o Plano Gerencial Interno da unidade e os valores propostos no Projeto de Lei de Orçamento para 2019, a ser enviado ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

8. Como pode ser observado, uma ação da Agência pode atender mais de uma prioridade do Plano. Com relação à alocação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos (Fonte 183), foi previsto um montante de R\$ 200.183.137 (duzentos milhões, cento e oitenta e três mil, cento e trinta e sete reais) para 2019, tendo sido alocados R\$ 185.169.404 (cento e oitenta e cinco milhões, cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e quatro reais) em 14 (catorze) prioridades do Plano.

9. O valor alocado nas prioridades corresponde a 92,5% do total dos recursos previstos, tendo sido destinado o valor complementar (7,5% - R\$ 15.013.733) para custeio administrativo, conforme autorizado pelo art. 22 da Lei nº 9.433/1997.

10. Por fim, cabe esclarecer que não foram destinados recursos às prioridades 14 e 16 tendo em vista a natureza das atividades relacionadas, que não requerem alocação de recursos orçamentários para sua implementação, ou são de responsabilidade de implementação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

11. Caso esteja de acordo com as informações apresentadas, solicita-se encaminhar para conhecimento e aprovação da Diretoria Colegiada e posterior envio à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
ELISA MONTEIRO MALAFAIA
Coordenadora de Planejamento Institucional

De acordo. Encaminha-se à SGE.

(assinado eletronicamente)
NAZARENO MARQUES DE ARAÚJO
Gerente Geral de Estratégia



Relação das Prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos e da Programação Finalística da ANA

Definidas por consulta na internet à entidades do SINGREH			PLOA 2019	Plano Gerencial Interno da ANA		
Prioridades	Programa/ Subprograma PNRH	Objetivo/Escopo Básico	Ação.PO	Ação	PL.OA 2019	%
1. Desenvolver planejamento de longo prazo para a conservação e o uso racional das águas do país, considerando as mudanças climáticas.	III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de águas em classes de uso.	No âmbito federal, o subprograma deve financiar a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio da União. Já no que concerne aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, o financiamento por parte da União deve manter-se seletivo para regiões e Estados com menor capacidade institucional instalada.	20W1.000I	P007 - Apoio à Implementação de Planos de Recursos Hídricos	R\$ 391.546	0,21%
2. Promover a melhoria da disponibilidade das águas em quantidade e qualidade, visando a sua conservação e adequação aos diversos usos.	III.6 - Planos de recursos hídricos e enquadramento de corpos de águas em classes de uso.	No âmbito federal, o subprograma deve financiar a elaboração de planos de recursos hídricos em bacias de rios de domínio da União. Já no que concerne aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, o financiamento por parte da União deve manter-se seletivo para regiões e Estados com menor capacidade institucional instalada.	20W1.0004	E001 - Elaboração de Planos e Estudos de Recursos Hídricos	R\$ 12.401.862	6,70%
4 - Integrar a política de recursos hídricos com a política ambiental e demais políticas setoriais (saneamento, irrigação, energia, turismo, etc.).	V - Programa de Articulação Intersetorial, Inter e Intra-Institucional da Gestão de Recursos Hídricos	Identificar e avaliar os impactos gerados a partir de investimentos, intervenções e, mesmo, de ações institucionais empreendidas por setores usuários sobre a GIRH. Refere-se à identificação de programas, projetos e investimentos de setores que afetam a gestão das águas, em termos de seus propósitos e impactos potenciais, para fins de coordenação, eliminação de duplicidades, convergência de objetivos e incorporação de diretrizes de interesse da GIRH.				
3. Ampliar o conhecimento a respeito dos usos das águas, das demandas atuais e futuras, além dos possíveis impactos na sua disponibilidade, em quantidade e qualidade.	III.1 - Cadastro Nacional de Usos e Usuários	Promover amplo cadastramento de usos e usuários de recursos hídricos no país, apoiado e de forma coordenada com os órgãos estaduais. Ampliação, consolidação e consistência de todos os cadastros sobre usos e usuários de recursos hídricos (federal e estaduais) e campanhas de regularização. Para tanto, cabe a definição de metodologias mais adequadas para a realização dos cadastros, incluindo aquela utilizada nos trabalhos realizados nas bacias do Paraíba do Sul e do São Francisco, em cooperação com os órgãos gestores estaduais.	20W1.0008	F001 - Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos	R\$ 400.838	0,22%
13. Implantar a cobrança para usos significativos da água, visando incentivar a sua racionalização e obter recursos financeiros para a conservação das bacias hidrográficas	II.4 - Sustentabilidade econômico-financeira da gestão de recursos hídricos. III.8 - Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos	Refere-se à: (i) identificação de fontes de receita e financiamento para ações em recursos hídricos; (ii) estruturação de linhas de crédito, com particular atenção para condicionantes que venham a induzir atitudes, práticas e intervenções do interesse da GIRH. Consolidar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos, complementando dados e lacunas, e, principalmente, assegurando a interlocução com sistemas similares instalados nos Estados e/ou em bacias determinadas.				
9. Compartilhar informações, em linguagem clara e acessível, a respeito da situação da qualidade e quantidade das águas e da sua gestão.	III.8 - Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos.	Consolidar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos, complementando dados e lacunas, e, principalmente, assegurando a interlocução com sistemas similares instalados nos Estados e/ou em bacias determinadas.	20W1.0001	I001 - Gerenciamento do Sist. Nac. de Inf. sobre Rec. Hídricos	R\$ 34.320.276	18,53%
	IV.3 - Comunicação e difusão de informações em gestão integrada de recursos hídricos.	Difundir conceitos, iniciativas e demais informações relativas à GIRH para o conjunto da sociedade brasileira e/ou em regiões e bacias específicas.	20W1.000E	D001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos	R\$ 2.928.000	1,58%
	XIII - Programa de Gerenciamento Executivo e de Monitoramento e Avaliação da Implementação do PNRH.					
5. Apoiar o desenvolvimento institucional e a difusão de tecnologias sociais para a melhoria da gestão das águas e desenvolver ações educativas para a sociedade	IV.1 - Desenvolvimento, consolidação de conhecimento, inclusive os conhecimentos tradicionais, e de avanços tecnológicos em gestão de recursos hídricos IV.2 - Capacitação e educação, em especial ambiental, para a gestão de recursos hídricos.	O subprograma possui forte articulação com o CT-Hidro, incorporando o desenvolvimento tecnológico à gestão dos recursos hídricos e apoiando-o, abrindo linha de difusão e apoio aos Estados pela via dos convênios de cooperação. As ações da União estarão focadas em programas de capacitação, contemplando a perspectiva de formar agentes multiplicadores para diferentes públicos-alvo, dentre os quais merecem destaque os membros do CNRH, as câmaras técnicas, os comitês de bacias federais e das respectivas agências, além de técnicos da SRH, da ANA e do Ibama (inclusive escritórios regionais), para que a Política Nacional de Recursos Hídricos seja difundida no país.	20W1.0006	G007 - Capacitação para a Gestão de Rec. Hídricos	R\$ 3.011.952	1,63%
12. Desenvolver ações para a resolução dos conflitos pelo uso da água nas bacias hidrográficas.	III.9 - Apoio ao desenvolvimento de sistemas de suporte à decisão	Desenvolver sistemas especializados para apoio às decisões de gestão de recursos hídricos em geral, envolvendo modelos multicriteriais que incluam simulação hidrológica e de qualidade da água e suas correlações com o uso e a ocupação do solo.				
6. Estabelecer critérios de autorização para o uso da água e fiscalização dos usuários, considerando as particularidades das bacias hidrográficas.	III.4 - Metodologias e sistemas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos	Estabelecimento de um conjunto de regras de uso da água e de procedimentos de outorga, de forma articulada entre os órgãos gestores e com usuários de recursos hídricos, que possibilitem a regularização dos usos existentes e o fornecimento sustentável de água para os diversos fins, em um determinado horizonte de tempo, tendo como base as diretrizes emanadas de planos de recursos hídricos.	4926.0001	R001 - Regulação dos Usos de Rec. Hídric., dos Serv. de Irrigação e Adução de Água Bruta e Seg. de Barragens	R\$ 2.690.828	1,45%
	III.5 - Subprograma Nacional de Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos	Organizar as ações sistemáticas de fiscalização, pautadas pelas perspectivas preventivas e de orientação aos usuários de recursos hídricos, como ação inerente à regulação dos direitos de uso de recursos hídricos.	4926.0003	R002 - Intervenções emergenciais para efetivação dos processos de alocação de água	R\$ 1.000.000	0,54%
			4926.0002	F002 - Fiscalização do Uso de Rec. Hídricos e da Seg. de Barragens	R\$ 7.099.505	3,83%
7. Identificar, avaliar e propor ações para áreas com risco de ocorrência de inundações, secas, entre outros eventos extremos relacionados à água, que gerem situações adversas à população.	VI.1 - Gestão em áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos.	Definir áreas sujeitas a eventos hidrológicos ou climáticos críticos e organizar ações integradas e intervenções de natureza multidisciplinar que possibilitem a mitigação e a gestão apropriada de tais eventos, reduzindo seus impactos ambientais e socioeconômicos. ... Essa linha de atuação requer forte articulação intersetorial, seja pela alocação de água em situações de escassez, seja pelas intervenções e políticas multissetoriais requeridas para controle de cheias (uso do solo, por exemplo).	20W1.000B	U001 - Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos	R\$ 1.606.662	0,87%
8. Ampliar e fortalecer a participação da sociedade na gestão das águas.	II.1 - Organização e apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos II.2 - Apoio à organização de Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Refere-se à atuação do CNRH, de suas câmaras técnicas, de comitês federais e Agências de Água, além dos órgãos federais intervenientes, nomeadamente SRH, ANA e também Ibama, para os quais deve ser traçada uma adequada divisão de encargos e formas de mútua articulação e cooperação. A principal linha de atuação será o fortalecimento de órgãos estaduais gestores e, por intermédio deles, a estruturação das demais instâncias que compõem os SEGRIHs, como conselhos estaduais, comitês e Agências de Água.	20W1.0009	G008 - Fomento à Criação e Consolidação de Comitês e de Ag. em BH	R\$ 42.682.013	23,05%

Definidas por consulta na internet à entidades do SINGREH			PLOA 2019	Plano Gerencial Interno da ANA	
Prioridades	Programa/ Subprograma PNRH	Objetivo/Escopo Básico	Ação.PO	Ação	PLOA 2019 %
10. Ampliar o conhecimento sobre a ocorrência de chuvas e sobre a quantidade e qualidade das águas superficiais e subterrâneas.	III.2 - Rede hidrológica quali-quantitativa nacional.	Trata da expansão, da modernização, da adequação, da operação e da manutenção da rede nacional de dados hidrológicos e de qualidade da água, operada sob responsabilidades compartilhadas entre a União e os Estados, mediante convênios específicos.	20W1.0002	P002 - Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais	R\$ 3.241.546 1,75%
	VI.3 - Gestão de demandas, resolução de conflitos, uso múltiplo e integrado de recursos hídricos.	Atuar de modo proativo sobre a gestão de demandas por recursos hídricos com intuito de mitigar conflitos instalados e potenciais, proporcionando o uso múltiplo e integrado das águas, sempre tendo em vista a ampliação de benefícios sociais e a redução de impactos sobre o meio ambiente.	2378.0000	H002 - Operação da Rede Hidrometeorológica	R\$ 53.446.462 28,86%
			20W1.000D	H003 - Rede Nac. de Monit. da Qualidade das Águas Superficiais	R\$ 12.782.644 6,90%
15. Desenvolver ações para a promoção do uso sustentável e reúso da água.	VI.2 - Gestão da oferta, da ampliação, da racionalização e do reúso de água.	Ampliar as disponibilidades hídricas, seja mediante alternativas estruturais que propiciem o armazenamento e o controle de vazões, seja por medidas de racionalização de uso e de tecnologias de reúso de águas servidas, como também pela captação de águas de chuva, ou, ainda, por intermédio da adoção de mecanismos institucionais e econômicos que induzam a mudanças de comportamento por parte dos usuários de recursos hídricos.	20W1.0007	P006 - Promoção da Conservação e do Uso Sustentável da Água	R\$ 6.665.270 3,60%
11. Destinar recursos financeiros para a implantação de projetos de instituições públicas ou privadas e pessoas físicas que promovam a recuperação e conservação de bacias hidrográficas.	III.7 - Aplicação de instrumentos econômicos à gestão de recursos hídricos	Empreender estudos sobre alternativas de instrumentos econômicos de gestão, além do foco na implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em bacias prioritárias, no intuito de ampliar o arsenal de mecanismos de gestão descentralizada de recursos hídricos.			
	VI.5 - Conservação de solos e águas manejo de microbacias no meio rural.	Implementar programas integrados no meio rural que propiciem o ajustamento entre os padrões produtivos de atividades da agropecuária e da aquicultura à conservação dos recursos naturais, em especial dos solos e das águas – e para a recuperação de matas ciliares, inclusive –, concorrendo complementarmente para o incentivo ao associativismo e à consolidação de arranjos institucionais que assegurem a adoção e a sustentação de tecnologias de produção ambientalmente adequadas.	20W1.000J	P001 - Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas	R\$ 500.000 0,27%
14. Desenvolver ações para a gestão da água em rios compartilhados com outros países.	I.3 - Implementação prática de compromissos internacionais em corpos de água transfronteiriços e desenvolvimento de instrumentos de gestão e de apoio à decisão compartilhados com países vizinhos.	Conferir substância e dar consequência aos compromissos e à agenda internacional brasileira, além de reunir dados e informações sobre variáveis que afetam os recursos hídricos do Brasil e que estão localizadas em territórios de países vizinhos.	Não se aplica	As ações previstas para a implementação dessa prioridade não requerem alocação de recursos.	
Prioridade definida pela CTPNRH					
16. Integrar as zonas costeiras ao sistema de gerenciamento de recursos hídricos.	IX - Programa de Gestão de Recursos Hídricos Integrados ao Gerenciamento Costeiro, Incluindo as Áreas Úmidas.	Promover a articulação e integração entre as políticas de recursos hídricos e o gerenciamento costeiro, considerando as Áreas Úmidas. Dividido em quatro subprogramas, a saber: - Subprograma I – Quadro Institucional/legal - Subprograma II – Instrumentos de Gestão - Subprograma III – Base Territorial para a Gestão Integrada	Não se aplica	As ações previstas para a implementação dessa prioridade não requerem alocação de recursos.	
				Total alocado em ações finalísticas (92,5%) R\$ 185.169.404 100%	
				Custeio administrativo (7,5%) R\$ 15.013.733	
				Total de recursos da Fonte 183 (100%) R\$ 200.183.137	